

A RECONVERSÃO DAS EMPRESAS HIDROELÉCTRICAS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

1. O crescimento em função do tempo de grande número de actividades económicas pode representar-se por uma curva em S: a princípio o progresso é muito pequeno, depois a curva inflecte para cima (é o período de arranque), o crescimento mantém-se regular durante certo tempo, em seguida a curva inflecte em sentido contrário (período de declínio) e finalmente torna-se praticamente horizontal (fase de estagnação).

A produção de energia hidroeléctrica no Continente Português pode considerar-se sujeita a uma evolução deste tipo. Processado o arranque sob o impulso da Lei n.º 2002, de 26 de Dezembro de 1944, seguiu-se a fase dinâmica das construções, em que nos encontramos e é de esperar se manterá por mais uma dezena de anos. A ela vai seguir-se, sem dúvida, um abrandamento do ritmo de construção, para se cair, enfim, na fase calma da simples exploração dos aproveitamentos construídos.

Para fases de características tão distintas recomendam-se necessariamente meios e organização diferentes — o desenvolvimento económico mais não é que uma sucessiva adaptação das estruturas económicas. Para o período de construção (a realizar sob apertadas condições de prazo, em vista do atraso em que nos encontramos em relação à média dos países europeus, e de custo, porque não somos ricos) parece particularmente adequada a fórmula que se adoptou de descentralização administrativa, traduzida na criação de várias empresas hidroeléctricas, porquanto à «proximidade» dos órgãos directivos, administrativos e técnicos corresponderá normalmente uma melhoria na eficiência do complexo trabalho de equipa que representa a execução de um aproveitamento hidroeléctrico. Não sendo de esperar que, sob a pressão de consumos rapidamente crescentes, se possa abrandar o ritmo das construções, a existência de várias empresas parece continuar por algum tempo a ser vantajosa, mas ela deixará de justificar-se logo que, construída a maioria dos aproveitamentos, se entrar na fase de simples exploração do sistema hidroeléctrico. Na verdade, funcionando o conjunto produtor nacional em regime de interligação, comandada a sua exploração por uma só entidade (o Repartidor Nacional de Cargas), as diversas empresas produtoras deixarão de ser órgãos económicos «activos»; os corpos adminis-

trativos, não tendo praticamente mais que «administrar» no campo da produção, deixarão de ter razão de ser. Impor-se-á, portanto, nessa altura, uma adaptação da estrutura da produção hidroeléctrica às novas circunstâncias. Será forçosamente a concentração administrativa, contingência em que as empresas produtoras terão de optar por extinguir-se ou por orientar-se para novas actividades económicas.

Num país em via de desenvolvimento a extinção de uma força económica não é fácil de recomendar como solução. A reconversão das empresas parece, pois, ser a alternativa mais conforme com os interesses da economia nacional. A reconversão menos dispendiosa será, sem dúvida, aquela que implicar menos profunda alteração quer no campo de acção, quer nos órgãos activos das empresas. Actuando estas na produção de energia hidroeléctrica, tanto o sector da produção de energia, como o domínio do aproveitamento da água, aparecem como campos afins ao da sua presente actividade. A execução de centrais térmicas ou nucleares utiliza unidades de certo modo *estandardizadas* e requer trabalhos muito menos volumosos e diversificados que a de aproveitamentos hidroeléctricos, pelo que não é de prever que todas as empresas que se dedicam a este sector venham a encontrar de futuro possibilidade, economicamente justificada, de ocupação na produção de energia de origem não-hidroeléctrica. Parece, então, que essas empresas poderão vantajosamente orientar a sua actividade no sentido do aproveitamento integral da água. Quando deixar de justificar-se a sua presença no campo da produção de energia, outros estarão, deste modo, abertos para lhes permitirem continuar a sua vida activa no concerto económico nacional.

2. O desenvolvimento económico de um país tem de englobar harmoniosamente todos os sectores da sua vida económica e tem de estender-se a todo o seu território, para que toda a população possa usufruir dos benefícios desse mesmo desenvolvimento. De contrário, virá criar ou ampliar estados de tensão social, que acabarão por entravar o seu próprio progresso.

No esforço em que o nosso País está empenhado, de reduzir a distância que economicamente nos separa da grande

maioria dos outros países europeus, não podem deixar de ter-se em conta os profundos e perigosos desequilíbrios sectoriais e regionais que entre nós se verificam. Não é objectivo deste artigo analisar tais desequilíbrios. Importa, no entanto, referir que na sua base está o baixo nível de rendimento da agricultura, sector cuja população activa se vê compelida a emigrar para as regiões industrializadas que possam proporcionar-lhe vida menos penosa. As consequências deste movimento estão bem patentes nas figs. 1 e 2, que mostram a distribuição, por distritos, da densidade de população no Continente e do seu crescimento relativo nos decénios de 1930-40, 1940-50 e 1950-60. Nota-se na verdade que, em paralelo com o progresso na industrialização (não repartida por todo o País), se criou um franco desequilíbrio no crescimento demográfico, verificando-se no último decénio acentuada tendência para o despovoamento dos distritos predominantemente agrícolas do interior, precisamente aqueles onde era já menor a densidade populacional; assim, apesar de nesse decénio a população ter crescido 5% no Continente, distritos houve em que ela diminuiu 6% e 8%. Em contrapartida verificaram-se aumentos de 13%, 14% e 16%, respectivamente nos de Porto, Lisboa e Setúbal, aqueles onde se tem operado maior concentração industrial. Na fig. 3 analisa-se em pormenor um dos distritos — Viseu —, indicando-se a distribuição por concelhos do crescimento da população no período de 1950-60. No conjunto do distrito ela diminuiu 2,5%; no entanto no concelho de Viseu aumentou 4%, reflexo da atracção dos grandes centros ⁽¹⁾, e concelhos houve onde a diminuição atingiu 9%.

Não é, como dissemos, intenção deste artigo analisar o problema dos desequilíbrios económicos regionais do País. A existência do problema é, de resto, bem conhecida e a prevista criação da Junta de Planeamento Regional claramente patenteia a preocupação dos poderes públicos de equacioná-lo e resolvê-lo. O que com ele se pretendeu foi tão-sómente sugerir uma achega para essa resolução.

À semelhança do que ocorre na generalidade dos países em via de desenvolvimento, a correcção dos desequilíbrios económicos no nosso País terá provavelmente de partir de uma reforma do sector agrícola, que vise a aumentar a sua produtividade. Ora falar de progresso na agricultura implica falar de terra, homens, água, técnica e dinheiro: a estrutura fundiária terá de ser adaptada por forma que a terra proporcione aos que a trabalham condições de vida que a ela os fixem; os agricultores terão de evoluir de modo que se considerem ocupados num mister nobre e que a população agrícola deixe de ser, no dizer do Prof. L. MALASSIS, «o que sobra das outras actividades»; a água é matéria indispensável numa agricultura rendosa, mas esta só consegue sê-lo se servida por técnica apurada. É todo um mundo de trabalho em campo que começa a ser desbravado e no qual as actuais empresas hidroeléctricas encontrariam largas perspectivas para investir a sua colaboração, quer na fase de estudo, quer na de realizações como órgãos impulsio-



Fig. 1 — Distribuição da densidade de população pelos distritos do Continente

Densidade média no Continente	
	5,2 a 5,3
	2,0 a 2,3
	1,2 a 1,4
	1,0 a 1,1
	0,7 a 0,8
	0,5 a 0,6
	0,3 a 0,4

nadores do desenvolvimento regional. É esta é precisamente a sugestão que aqui pretendíamos deixar.

No que respeita a estudos, a colaboração dessas empresas é aliás já solicitada pelo Decreto-Lei n.º 43 335, de 19 de Novembro de 1960, ao determinar que «o estabelecimento

(1) Os aumentos de população verificados nos concelhos de S. João da Pesqueira e Tabuaço (8% e 12% respectivamente) correspondem sem dúvida a fenómeno demográfico de carácter transitório, devido por certo à execução das obras do aproveitamento hidroeléctrico do rio Távora.

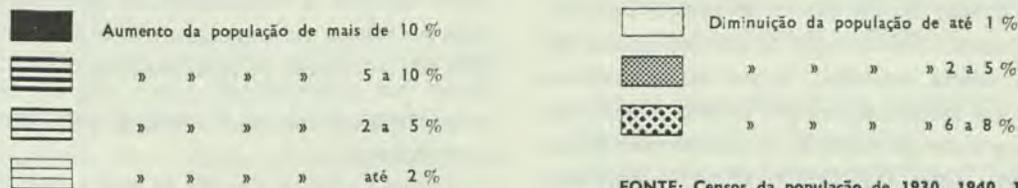
1930-40

1940-50

1950-60



Fig. 2 — Crescimento, por distritos, da população do Continente nos decénios 1930-40, 1940-50 e 1950-60



FONTE: Censos da população de 1930, 1940, 1950 e 1960

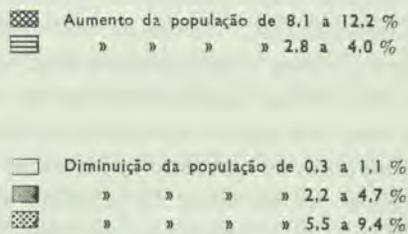


Fig. 3 — Distribuição, por concelhos, do crescimento da população no distrito de Viseu no decénio 1950-1960

FONTE: Censos da população de 1950 e 1960

de centrais hidroeléctricas será orientado de forma a promover o aproveitamento integral dos cursos de água». Na verdade, sendo, em regra, o uso da água factor de primeira ordem no desenvolvimento de uma região, os planos de aproveitamento dos cursos de água não deverão deixar de integrar-se nos planos de desenvolvimento das regiões em que se situam. O estudo de planos de aproveitamentos hidroeléctricos não deverá, portanto, deixar de ser acompanhado do estudo dos planos de desenvolvimento regional em que se integrem, ou, pelo menos, do estudo das incidências económicas regionais do aproveitamento dos cursos de água a que digam respeito.

3. A França é, cremo-lo, o país que neste campo do desenvolvimento regional mais completo material pode oferecer-nos para reflexão. Parece assim oportuno fazer referência a algumas das companhias de economia mista aí criadas com vista ao desenvolvimento regional, com as quais tivemos oportunidade de contactar no decorrer de uma reunião sobre a valorização de regiões agrícolas subdesenvolvidas, recentemente organizada naquele país sob a égide da O. C. D. E. (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos).

a) *Compagnie d'Aménagement des Landes de Gascogne*

Sede em Bordéus. Capital social 3 000 000 NF. Criada em Agosto de 1956, visa a resolver o problema da protecção contra incêndios da floresta das Landes (cerca de 1 000 000 ha de pinhal) pela criação no seu interior de núcleos agrícolas, deste modo evitando a manutenção de um dispendioso serviço de defesa contra incêndios. A sua acção realiza-se por duas vias: ou facultando auxílio técnico e financeiro a explorações agrícolas já existentes e consideradas economicamente viáveis pelas suas características e dimensões, de molde a proporcionar aos seus proprietários rendimento capaz de a elas os manter ligados; ou criando novas explorações, para o que adquire terrenos (depois de adequado reconhecimento pedológico, para o que dispõe de serviço especializado), valoriza-os com trabalhos de desbravamento, enxugo e eventualmente rega, reparcela-os (em lotes de 40 a 80 ha), dota-os com vias de comunicação e edifícios para habitação e exploração e atribui-os finalmente a novos agricultores, que terão de amortizar em 30 anos os investimentos por ela feitos. Os primeiros agricultores instalados iniciaram a exploração dos seus lotes em 1959, dedicando-se de início principalmente à cultura do milho, por ser na região a mais rapidamente rendável. Dentro da sua acção de assistência, a Companhia procura não só orientar os agricultores na exploração dos terrenos, mas ainda ajudá-los a reunirem-se em cooperativas de secagem e armazenamento do milho, com vista a facilitar a sua comercialização.

b) *Compagnie d'Aménagement des Côteaux de Gascogne*

Sede em Tarbes. Capital social: 1 000 000 NF. Criada para suceder a uma instituição interdepartamental constituída em 1948, foi-lhe dada em 1960 a concessão para o aproveitamento de uma zona compreendida entre os Pirenéus, o Garona e a floresta das Landes e cobrindo um total de cerca de 1 000 000 ha. Prevê poder nela vir a regar aproximadamente 42 000 ha, para o que estima necessitar de investir 310 milhões de novos francos em 15 anos. A área de acção da Companhia é essencialmente agrícola e não se vê possibilidade de industrializá-la em grande escala, pela dificuldade de a dotar com vias de acesso em condições de torná-la competitiva em face das regiões industriais vizinhas. A agricultura apresenta, porém, baixos rendimentos, devidos principalmente à irregularidade do clima, com períodos estivais muito secos, e ao baixo nível técnico dos agricultores. A finalidade da Companhia é pôr à disposição destes água para rega e assistência técnica e financeira, de molde a preparar a agricultura local para sobreviver no período de competição internacional que se avizinha. Para tanto, vai construir e explorar uma rede de rega (parte está já em exploração), fornecendo a água aos agricultores, aos quais pode também ceder por aluguer equipamento para rega (prevista apenas por aspersão); explora uma fazenda experimental, com vista ao estudo da adaptação do regadio aos terrenos e culturas locais; dispõe de um serviço de vulgarização, que mantém íntimo contacto com os agricultores procurando não só ajudá-los a evoluir na técnica de cultivo mas também difundir entre eles o espírito cooperativo como via para a mecanização da agricultura e para uma mais proveitosa comercialização dos produtos.

Três são as origens da água para rega:

- o Garona, donde ela é bombada para rega das planícies marginais;
- o canal do Neste, a partir do qual a água chega às zonas a regar por meio de canais de encosta ou através dos leitos dos cursos de água secos durante o Verão;
- pequenas albufeiras («lacs collinaires») de interesse local.

c) *Compagnie Nationale d'Aménagement de la Région du Bas-Rhône et du Languedoc*

Sede em Nîmes. Capital social: 5 000 000 NF. Investimentos previstos: da ordem de 1000 milhões de novos francos. Nascida em 1955 da transformação da «Société d'études des canaux de la rive droite du Bas-Rhône et du Languedoc» (criada três anos antes para preparar o projecto de irrigação da região) a C.N.A.R.B.R.L. tem por objecto impulsionar o desenvolvimento económico de uma vasta região, onde podem distinguir-se:

- uma zona litoral de planícies,
- uma zona interior de baldios e montanhas.



Rega nos campos do Baixo Vouga. — À direita: Tomada de água com contador e quatro saídas para distribuição a pequenas parcelas (C.N.A.R.B.R.L.)

A primeira é constituída por terrenos férteis, mas o clima muito seco no Verão conduziu à generalização da única cultura que, sem rega, podia aí prosperar em tais condições — a vinha; estando o mercado do vinho sujeito a crises periódicas por excesso de produção e sendo, por outro lado, de baixa qualidade o produzido nestas planícies, o amparo da economia da região constituía pesado encargo para o Estado. Para esta zona o programa geral da Companhia prevê:

- a criação de redes de rega alimentadas pelos rios Rhône, Hérault e Orb que permitam substituir a monocultura da vinha por um sistema de policultura e valorizar terrenos incultos ou cultivados em condições deficientes por carência de água doce;
- o desenvolvimento das produções agrícolas mais úteis à economia do país, tendo principalmente em atenção a redução de importações e o aumento das exportações;
- o desenvolvimento ou a criação de indústrias de base agrícola;
- acções de experimentação e divulgação agrícolas, com vista a difundir entre os agricultores as técnicas culturais e os processos de rega que melhor se adaptem à natureza dos solos e das culturas recomendadas;
- o emparcelamento das parcelas dispersas e o reagrupamento das explorações agrícolas;
- a aplicação das disposições legais destinadas a favorecer o arranque voluntário da vinha.

A segunda zona não apresenta condições favoráveis à agricultura. Duas das suas principais actividades, a sericultura e a criação de gado ovino, estão em franca decadência, o que acarreta a degradação da já pouco favorecida economia local. Consequência: êxodo da população. A revalorização económica da zona torna-se indispensável, até porque o desequilíbrio que já existe entre ela e a planície viria a agravar-se com o desenvolvimento desta. Com esse objectivo prevê a Companhia:

- a valorização das vinhas de encosta, que produzem vinho de qualidade, orientando ainda parte delas para a produção de uvas de mesa;
- o desenvolvimento da criação de gado ovino, bovino e porcino, que pode ser facilitado pela produção de forragens e alimentação na zona regada da planície;
- o desenvolvimento da fruticultura onde os terrenos o permitam;
- o repovoamento florestal das zonas sem aptidão agrícola;
- melhoria do rendimento da produção de castanha e criação de uma indústria para a sua transformação.

Para complemento da sua acção a Companhia participa no financiamento doutras sociedades de interesse regional, entre as quais se contam as seguintes:

- «Société interprofessionnelle du logement de la région du Bas-Rhône et du Languedoc»;
- «Société nimoise d'aménagements communaux», que construiu já o matadouro industrial, o mercado de gado, o mercado-gare para frutas e legumes e a central frigorífica de Nîmes;
- «Société de développement régional du Languedoc-Roussillon», destinada ao financiamento de operações de desenvolvimento industrial e outras actividades económicas que derivem da obra realizada pela C. N. A. R. B. R. L.;
- «Société de développement de la région méditerranéenne», empresa de desenvolvimento regional que conta nos seus objectivos o fomento do turismo na extensa e inexplorada zona costeira que vai da Côte d'Azur aos Pirenéus;
- «Caisse régionale de crédit agricole mutuel du Gard», que dá ajuda financeira para a aquisição de material de rega.

M. CAPUCHO VIEIRA
Engenheiro Civil (I.S.T.)

18 de Julho de 1962.